“Terlamonte I” (Teixoso, Covilhã): uma quinta romana no interior norte da Lusitania

Autor(es): Carvalho, Pedro C.

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/37751>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_46_9

Accessed : 26-Apr-2023 14:30:30

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

CONIMBRIGA

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

VOLUME XLVI - 2007

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PEDRO C. CARVALHO

Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

pedrooak@fl.uc.pt

“TERLAMONTE I” (TEIXOSO, COVILHÃ):
UMA QUINTA ROMANA NO INTERIOR NORTE DA *LUSITANIA*
“Conimbriga” XLVI (2007) p. 207-250

RESUMO: Apresentam-se os principais resultados das escavações efectuadas num lugar classificado como quinta – tipo de sítio que o autor considera ser um dos mais habituais na Beira interior durante o período romano. Para além deste sítio ser detalhadamente analisado, sobretudo sob uma perspectiva construtiva, funcional e cronológica, avançam-se com alguns dados de natureza paleoambiental para a região e tecem-se ainda algumas considerações sobre a organização do mundo rural no interior norte da *Lusitania*.

ABSTRACT: This paper assesses the prime results from the archaeological digs of a site classified as “quinta” (farm) – the author considers that these types of archeological sites are the most common during the Roman period in the Portuguese Beira interior. Besides its detailed analysis, with particular attention to the functional, chronological and constructive perspective, the author also evaluates some of the data from the paleo-environmental record of the region and formalizes theories about the rural organization in the North interior of *Lusitania*.

(Página deixada propositadamente em branco)

“TERLAMONTE I” (TEIXOSO, COVILHÃ) UMA QUINTA ROMANA NO INTERIOR NORTE DA *LUSITANIA**

Nota Introdutória

O sítio de “Terlamonte I” (Teixoso, Covilhã), referenciado pela primeira vez por Helena Frade (1996: 887), situa-se numa zona de declives suaves e moderados na encosta sudeste do outeiro de Pinheiros Lusos – um dos relevos residuais que marcam o interior da Cova da Beira – e a cerca de 500 m do curso pouco sinuoso do Zêzere.

Objecto de várias campanhas de escavação arqueológica entre 2000 e 2003, este sítio foi igualmente alvo de uma outra intervenção mais alargada, na qual se articularam – numa área que ultrapassou significativamente a mancha de dispersão de materiais à superfície – trabalhos de prospecção intensiva de superfície e de prospecção geomagnética. Os resultados desse plano articulado de trabalhos, conduzidos de forma concertada com António Marques da Silva, foram entretanto publicados (SILVA e CARVALHO, 2004). Nesse primeiro texto – para além de se avaliar o grau de fiabilidade e representatividade dos indicadores geofísicos e dos vestígios materiais de superfície relativamente ao que se encontra soterrado – procurou-se, sobretudo, esboçar o modo como a área imediatamente circundante do núcleo edificado se organizava funcionalmente, propondo-se assim distintos usos para os espaços exteriores envolventes.

Agora, neste texto, e concluída aquela que desejamos ser a primeira fase de intervenção em “Terlamonte I”, torna-se imperativo apresentar os principais resultados das escavações desenvolvidas ao longo

* Este texto reproduz parcialmente um outro que integra a dissertação de Doutoramento em Arqueologia, policopiada, apresentada e defendida, em Julho de 2006, na Universidade de Coimbra (CARVALHO, 2006).

das várias campanhas. Como núcleo principal desta abordagem, centrada na escavação e no estudo dos materiais, encontra-se a necessidade de apreender – sob uma perspectiva construtiva, funcional e cronológica – as principais características da área edificada de “*Terlamonte I*”, i.e., de um lugar que classificamos como quinta e que consideramos poder ser representativo de um dos tipos de unidades domésticas mais habituais no mundo rural romano da Beira interior.

1. O edifício: aspectos construtivos e funcionalidades

A imagem do núcleo edificado de “*Terlamonte I*” foi sendo progressivamente ampliada e renovada à medida que decorreram as diversas campanhas de escavação – alguns dos elementos gradualmente recolhidos foram reforçando características já anotadas ou contribuíram para a resolução de certas questões; outros, mais do que fornecer respostas, suscitaram novas interrogações, aconselharam a procura de outras interpretações e ditaram ainda permanentes ajustes no delinear da própria estratégia de intervenção.

Embora se torne necessário prosseguir as escavações, como forma de validar ou reformular algumas das propostas apresentadas adiante, parece-nos que a dimensão da área escavada e o conjunto de elementos recolhidos são suficientemente representativos para legitimar os esboços sugeridos para este núcleo rural romano. Com efeito, findo este primeiro plano de actuação, na imagem que se projecta da área edificada de “*Terlamonte I*” parece desde logo evidente a presença de um plano construtivo unitário, cuja concepção parece ter sido ditada, por um lado, pela necessidade de articular racionalmente diferentes espaços funcionais – dotando-os da necessária habitabilidade e adequando-os às actividades que se desenrolariam tanto no seu interior, como no exterior mais imediato ou noutros pontos mais afastados da sua propriedade – e, por outro, de se adaptar às características topográficas específicas da vertente onde se implantou – uma vez que se desenvolve em duas áreas ou corpos espacialmente distintos e com níveis de circulação que correm a cotas desiguais (apresentando cerca de 1,20 m de desnível) (Est. I; Fot. – 1-3).

Este plano é desenhado por muros construídos com blocos graníticos de pequena e média dimensão – com pedras de maior porte nos cunhais e a travar o cruzamento de alguns muros – rudemente facetados

a pico mas criteriosamente assentes a seco ou com terra argilosa (sem qualquer tipo de argamassa de cal nas juntas de ligação ou a revestir as superfícies exteriores). Estes muros delimitam compartimentos com diferentes dimensões, cujos vãos de acesso, que permitem a comunicação entre si e para o exterior, estão, invariavelmente, providos de soleiras. Os pisos, na sua maioria, são em terra batida, aparecendo dois espaços claramente pavimentados com pequenas pedras de granito e quartzo e um outro com seixos do rio¹.

No que concerne à sequência estratigráfica, esta apresenta quase sempre idênticas características, registando-se após a remoção da camada arável de superfície o topo destruído dos muros e um nível de pós-abandono e/ou abandono, sucedendo-se depois, nas áreas cobertas por telhado, o nível de abatimento dos mesmos, o qual, habitualmente, repousa directamente sobre (selando) a superfície de circulação ou sobre uma estreita camada de terra depositada imediatamente após o abandono e antes da queda do telhado. Em certas situações ainda é possível registar os níveis de aterro depositados durante a fase de construção do edifício para altear e/ou regularizar o terreno (estabelecendo-se depois sobre eles os respectivos níveis de circulação), os enchimentos de algumas valas de fundação dos muros (estas rasgando de forma não muito pronunciada o saibro ou o substrato rochoso) e, esporadicamente, algumas unidades aparentemente relacionadas com as reformulações pontuais sofridas a certa altura por este conjunto edificado. De um modo geral são, portanto, sequências estratigráficas relativamente simples (para a descrição sucinta da sequência estratigráfica e observação de alguns cortes, cf. CARVALHO, 2006), resultantes, no fundo, quer de uma ocupação temporal não muito longa, quer de alterações muito pontuais ao nível estrutural que este espaço conheceu. Assim, sublinhe-se, a complexidade do processo de escavação neste lugar resultou mais da dificuldade por vezes sentida em individualizar com rigor as sucessivas unidades estratigráficas, dadas as ténues variações que se registavam ao nível sobretudo das suas cores².

¹ Como seria de esperar são utilizados os materiais pétreos de mais fácil aprovisionamento local.

² A textura e compacticidade foram critérios que assumiram um peso importante na distinção das UEs; daí ter-se conferido em escavação uma maior importância ao registo estratigráfico em planta do que ao registo em corte.

Como antes referimos, não obstante ser imprescindível dar continuidade às escavações, como forma de conseguir definir na sua totalidade a configuração estrutural deste conjunto edificado e a sua lógica interna de circulação e funcionamento, parece-nos que o conjunto de elementos até agora recolhidos – nos 516 m² de área escavada – permite apresentar de forma fundamentada uma primeira imagem interpretada deste núcleo de povoamento rural (Est. II-IV)³.

Assim, o espaço que ocupa a extremidade do quadrante noroeste do edifício, no corpo construtivo que se desenvolve a uma cota mais elevada, parece estar organizado em função de um pátio central descoberto em torno do qual se articulariam pequenos compartimentos para arrumos ou para alojar o pessoal doméstico. Ainda que seja uma área cujo registo estratigráfico se encontra seriamente truncado, dada a proximidade da superfície actual do terreno em relação ao nível de circulação antigo, a disposição das estruturas que sobraram parece sugerir a presença de um pequeno pátio, com um pavimento lajeado com pedra miúda de granito e quartzo (do qual restam pequenos troços), à volta do qual haveria construções, por vezes com paredes apenas em madeira ou taipa – ou taipa de ripado e barro? –, para arrecadação de alguns dos produtos da terra ou mesmo para alojamento de um ou outro criado – no fundo, não nos custa imaginar este espaço, estruturado em torno de um pátio interior, como um correr de telheiros destinados a guardar lenhas, palha, erva e alfaías.

Para além de comunicar com um curto corredor que antecede um lanço de escadas, formado por três ou quatro degraus, pelo qual se acedia ao corpo do edifício localizado a uma cota mais baixa (Fot. 3), este espaço comunicava também através de uma porta com um amplo compartimento (6,19 x 4,60 m)⁴ situado imediatamente a sudoeste. A sua localização e amplitude e o facto de termos aqui encontrado – sob o abatimento do telhado e assente num piso de terra batida com manchas de cinza – cerâmica de ir à mesa e ao lume, uma *tegula* com óculo circular central e possíveis restos de uma lareira formada por *late-res*, levam-nos a interpretar este compartimento como cozinha (*culina*).

³ Mais do que a descrição que faremos a seguir, os desenhos feitos por José Luís Madeira e a reconstituição virtual produzida por Filipe Ramalho, ilustram bem o aspecto que a casa poderia ter tido.

⁴ Nestas descrições são sempre apresentadas as medidas tiradas a partir da face interna dos muros.

Esta seria assim uma divisão fundamental que articulava os diferentes espaços funcionais da casa, abrindo-se quer para o pequeno pátio central (que antes descrevemos) e para uma zona exterior de serviços, quer para um alpendre coberto e um possível andar sobradado que adiante apresentaremos.

Na parede sudoeste deste compartimento abriam-se duas outras portas, ambas também com soleiras. Uma delas, posteriormente entaipada, dava acesso a um espaço estreito e comprido (4,74 x 1,04 m), pavimentado com um nível compacto de pequenas pedras em granito e quartzo, que, dada a sua implantação e configuração – sem um vão de acesso na sua face sudeste –, poderá ser interpretado não tanto como um corredor mas antes como uma caixa de um lanço de escada (*subscalaria*), seguramente em madeira, que conduziria a um provável piso superior⁵. Este, todavia, desenvolver-se-ia apenas para sudoeste da referida caixa de escada, isto se partirmos do princípio que o compartimento que anteriormente apresentámos como cozinha estava coberto por um telhado de uma ou duas águas provido de uma fresta para evacuação dos fumos. Quanto à outra porta, também posteriormente entaipada, essa comunicava com um espaço descoberto ou “porticado”, aberto para sudeste, e que possibilitava a circulação ao longo da fachada principal deste corpo do edifício. A disposição deste espaço, aliás, permite imaginá-lo um pouco à semelhança de um dos elementos mais característicos e funcionais da arquitectura popular e tradicional beirã da actualidade: as varandas alpendradas, que surgem, tal como esta, voltadas, preferencialmente, para sul (cf., a este propósito, OLIVEIRA e GALHANO, 2000: 147-149).

Para este espaço corrido abria-se, por seu lado, o vão de entrada de um outro compartimento (5,50 x [4,74] m), contíguo à parede sudoeste do corredor / caixa de escada, o qual, eventualmente, poderia corresponder a um quarto de dormir (*cubiculum*) ou a uma pequena sala de estar ou de recepção (*exedra*). A presença de um primeiro andar sobre os pequenos compartimentos no centro da casa dotava-os de alguma comodidade, na medida em que o soalho do andar superior impediria que o vento e o frio entrassem directamente pelas juntas de uma cober-

⁵ Aliás, logo na primeira campanha de escavações, a hipótese de um primeiro andar tinha sido sugerida com base na identificação nos quadrados O.5' e P.5' de um hipotético “corredor” – também ele enquadrando um suposto lanço de escada – que se desenvolvia, a uma cota mais elevada, pelo lado exterior e traseiro da casa.

tura provavelmente em telha vã. Se isto – e as paredes de pedra com uma ou outra fresta de ventilação e iluminação – os abrigava das intempéries⁶, a boa exposição solar do alpendre que lhes ficava em frente permitiria algum aquecimento nos dias soalheiros de Inverno, ao mesmo tempo que os resguardava da canícula estival.

A partir deste espaço aberto acedia-se também a um pequeno balcão com um lanço de escada – com 1,40 m de largo e, tal como aquele que anteriormente referimos, originalmente composto por quatro degraus – localizado na frontaria deste corpo edificado e não muito afastado do seu eixo central transversal (este permitia a comunicação com o exterior do edifício). Nesta zona, registe-se a presença, adossado à face sudoeste deste outro lanço de escada, de um pequeno compartimento ou “caixa” (1,42 x 1,34 m) de formato aproximadamente quadrangular e com um pavimento em *tegulae*, ligeiramente sobrelevado em relação ao nível térreo exterior de circulação, e que, por agora, interpretamos como espaço para guarda de pequenos animais (talvez uma pequena capoeira?).

Seria também a partir deste balcão central que se acederia ao restante corpo do edifício estendido para sudoeste. Essa restante zona edificada pode ser depreendida pelo facto de o alinhamento da fachada frontal se orientar nessa direcção, tendo-se inclusivamente localizado, no decurso da última campanha de 2003, o seu término alguns metros mais à frente. Se assim fosse, este corpo sobrelevado do edifício teria no total cerca de 42,41 m (= 143 pés) de comprimento por 10,34 m (= 35 pés) de largura, apresentando uma relação comprimento / largura em torno de 1:4.1.

Esta última área, a sudoeste do balcão central de acesso, poderia ter igualmente uma função residencial. Mas não podemos excluir liminarmente a possibilidade de esta corresponder a uma área estritamente vinculada com a exploração agro-pecuária do *fundus*, abrindo-se directamente para o pátio principal. Trata-se, porém, de uma dúvida que só poderá ser esclarecida com o prosseguimento das escavações.

Já no que concerne ao provável primeiro andar, que ocuparia a parte central deste edifício, acompanhando o balcão frontal alpendrado, este é apenas inferido com base na caixa de escadas anteriormente referida. A reconstituição aqui apresentada é meramente hipotética: para

⁶ A presença de um talude, que corre ao longo das traseiras da casa, também os protegia dos ventos dominantes de norte.

além de não sabermos exactamente a altura a que se acharia, ao nível do plano desenhado tanto poderia ocupar toda a largura do edifício, como encontrar-se ligeiramente recuado em relação à fachada principal (Est. II-III); seja como for, parece-nos credível imaginá-lo com uma varanda corrida aberta para sul, olhando o Zêzere e as terras de lavoura (Est. VI). O seu espaço interior poderia ainda ser amplo e aberto, ou então seccionado por uma ou duas paredes divisórias em madeira. Quanto à sua função, julgamos que este espaço poderia eventualmente albergar a sala de jantar (*cenaculum*) ou então acomodaria os proprietários desta morada (em *cubicula*) nas noites quentes de verão.

Por último, um outro compartimento, de pequenas dimensões (4,83 x 2,50 m), situado junto ao primeiro lanço de escadas, integra-se também neste bloco edificado, apresentando como particularidade, todavia, um vão de acesso directo para o exterior (Fot. 3). Para além disso, a soleira desta única porta que o serve encontra-se à mesma cota do espaço interior não telhado que separa este bloco de um outro – descrito em seguida – que se desenvolve para sudeste. A presença no seu interior (seguramente *in situ*) de uma pia rectangular escavada num monólito granítico, o ligeiro alteamento de parte do seu piso térreo relativamente à cota da soleira da entrada e as dimensões acanhadas deste compartimento (e com um pé direito supostamente baixo), parecem permitir interpretá-lo como espaço igualmente destinado à guarda de animais domésticos⁷.

Ao longo da principal fachada deste bloco edificado, voltada a sudeste, correria um espaço aberto⁸ que marcava a transição para uma outra área coberta a oriente, e cujo nível de circulação, tal como o deste espaço, se encontrava rebaixado cerca de 1,20 m em relação ao do bloco

⁷ Espaços igualmente pequenos e providos de uma pia em pedra, ainda que agrupados e desligados da área residencial, encontram-se na *villa* de Settefinestre, sendo interpretados como locais para guarda de suínos (CARANDINI, 1985: 182-183). Não fosse este espaço relativamente acanhado, a sua inclusão no principal corpo deste edifício, assim como a presença de uma pia, talvez sugerisse a guarda de um equídeo, uma vez que estes animais exigiriam particulares cuidados, sendo aconselhável a sua criação debaixo de telha (cf. ALARCÃO, 1997: 144).

⁸ Nesta área foi manifestamente menor o número de materiais arqueológicos recolhidos, encontrando-se também ausentes, ao contrário do que se verifica no primeiro bloco, os níveis contínuos de abatimento dos telhados.

anterior. Neste espaço descoberto, com cerca de 3,10 m de largura, encontrava-se no seu limite nordeste um pequeno telheiro ou alpendre (1,35 x 1,20 m) que albergava um *dolium* semi-soterrado, funcionando como silo. Junto à parede deste telheiro, mas do lado exterior, recolhemos alguns indícios (como sejam escórias e cinzas) que sugerem a presença neste lugar de uma pequena forja⁹ – esta, posteriormente, numa fase eventualmente coeva de outras remodelações ocorridas nesta área, terá sido desmantelada. A ser assim, a pia circular escavada num monólito de granito que se posiciona junto a este lugar, e aparentemente ainda *in situ*, poderia ter servido para temperar o ferro (trabalhado por martelagem) (Fot. 4).

O segundo corpo edificado coloca alguns problemas de interpretação e de restituição resultantes tanto da sua particular configuração, como das alterações construtivas que conheceu. Parece-nos, todavia, que no essencial se tratava de uma galeria coberta (com uma largura variável entre os 2,35 e 3,00 m) articulada em torno de uma pátio central descoberto (7,32 x 4,25 m), pavimentado com seixos do rio e rodeado por alguns pilares assentes sobre o muro que o delimita (no qual não é visível qualquer vão de acesso). Exteriormente, esta galeria seria limitada – seguramente a nordeste e, eventualmente, a sudeste – por uma parede alta e fechada. A noroeste, o tipo de construção distinto que a dado passo esse muro apresenta, não tão largo e robusto como os outros e com pedras colocadas ao alto, parece sugerir a existência de uma parede que subia apenas até a meia-altura, sendo ritmada por pilares assentes nas lajes subcirculares que marcam pequenos vãos, abrindo-se assim para o corredor interior descoberto que antecede a área residencial. A sudoeste, todavia, este espaço abria-se completamente para o exterior, uma vez que, na sondagem efectuada nessa área (I.3’), não se registou qualquer vestígio que denunciasses a presença de uma parede¹⁰.

⁹ A associação de uma pequena concentração de carvões e cinzas a sedimentos termo-alterados será reveladora da presença de uma efectiva área de combustão (i.e., não se trata de acumulações de resíduos em posição secundária, longe da área onde teve lugar a actividade que as originou e fruto das tarefas de limpeza e manutenção da superfície de combustão).

¹⁰ Este local encontrar-se-ia já no exterior da área edificada, dadas as características do seu registo estratigráfico (a ausência de estruturas não se explicará pela acção

Esta hipótese de um edifício estruturado em função de um pátio interior não só deriva da sua configuração mas também da ausência dos níveis habituais de abatimento de telhado precisamente sobre o pavimento de seixos do rio. Por sua vez, este tipo particular de pavimentação¹¹ não deixará também de corroborar esta hipótese, uma vez que a utilização deste empedrado teria talvez como finalidade facilitar o escoamento das águas da chuva. Portanto, segundo a restituição apresentada, este espaço seria aberto, convergindo para o seu interior as três águas do telhado da galeria que o rodeava, i.e., funcionaria assim como uma espécie de *impluvium*, mas sem reter, aparentemente, a água das chuvas.

Não são fáceis de determinar as actividades que seriam levadas a cabo neste segundo corpo do edifício. Uma plataforma pétreia de formato sub-rectangular, com cerca de 3,40 m de comprimento por 1,60 m de largura, identificada no interior da galeria, pareceu-nos, ainda em escavação, que a poderíamos interpretar como a *area* de um pequeno e rudimentar lagar doméstico. Esta identificação funcional baseava-se no facto desta plataforma ter a marcar os seus limites uma grande pedra de formato paralelepípedo e com dois encaixes laterais, que interpretámos como contrapeso de lagar¹², e uma pedra circular que julgámos ser a base de assentamento das seiras de prensagem. Todavia, dado o carácter atípico da suposta área de prensagem, por um lado, e face ao reduzido diâmetro da pedra (alguergue) onde as seiras preenchidas pela massa a comprimir poderiam assentar, por outro, e ainda perante a ausência de canais e depósitos pelos quais correriam os líquidos (ainda que estes pudessem ser feitos de materiais perecíveis ou então serem facilmente amovíveis), tornam esta proposta interpretativa difícil de

de processos pós-deposicionais destrutivos, uma vez que foi registado o suposto nível de circulação exterior).

¹¹ Ainda que seja um tipo de chão não muito documentado na bibliografia arqueológica para o período romano, encontramos algumas referências a pavimentos similares tanto em núcleos urbanos como em núcleos rurais romanos em Espanha e França (cf., a título de exemplo, TEJA CASUSO e IGLESIAS GIL, 1988: 535; RÉCHIN, 2000: 17-18, fig. 3); próximo, na *villa* de *Centum Cellas* (Belmonte), os seixos do rio parecem constituir a base de assentamento dos pavimentos em *opus signinum* de duas das salas situadas em torno do grande pátio central (FRADE, 2002: 99, Est. 89-2 e 3 e 90-1).

¹² Se assim fosse, era a partir deste que era exercida a necessária pressão sobre o *prelum* que, na outra extremidade, estaria encaixado na sólida parede exterior que corre no sentido NO/SE identificada em M.1' e 2' e N. 2'.

aceitar sem particulares reservas. Poderíamos também pensar que alguns dos elementos desta estrutura, como seja o contrapeso de lagar, encontrar-se-iam aqui reutilizados, i.e., não os teríamos encontrado colocados no seu contexto original, perdendo desta forma fôlego a hipótese “lagar”. Esta estrutura, no entanto, parece integrar-se na primeira fase de ocupação do sítio, uma vez que – segundo o registo estratigráfico – este suposto lagar terá sido desactivado e em parte desmantelado no mesmo momento em que o edifício sofreu algumas remodelações¹³. Seja como for, a actividade aqui desenrolada parece encontrar-se de alguma forma reflectida nos sedimentos muito escuros e finos que cobrem os níveis de ocupação observados junto ao hipotético alguergue, contrastando claramente com os sedimentos claros e arenosos registados na restante área envolvente. Ora foi precisamente nestes sedimentos com mais matéria orgânica (os quais, sublinhe-se, são extremamente raros em “Terlamonte I”) que veio a ser recolhida uma semente carbonizada de oliveira (*Olea europaea* L.)¹⁴. Embora não resolva definitivamente a questão antes deixada em aberto, este elemento, ao menos, merece ser considerado e não deixa de ser sugestivo – aliás, julgamos mesmo que vem reforçar a possibilidade do lagar e, por sua vez, a vinculação deste equipamento ao cultivo da oliveira praticado na propriedade de “Terlamonte I”.

Por último, ainda que alguns aspectos da configuração estrutural de todo este segundo bloco edificado pudessem inclusivamente sugerir a sua interpretação como espaço de lazer¹⁵, a presença provável de um lagar e o facto de termos identificado – na ala nordeste da galeria que cerca o pátio interior – uma concentração invulgar de pesos de tear (cerca de

¹³ Algumas das lajes que o compunham foram aparentemente reutilizadas para entaipar os estreitos vãos do muro a noroeste.

¹⁴ Esta identificação taxonómica foi feita por Paula Queiroz no *Laboratório de Paleocologia e Arqueobotânica (CIPA)* do Instituto Português de Arqueologia. Inicialmente foi considerada a hipótese desta semente pertencer antes a um zambujeiro; todavia, depois de um estudo métrico comparado, chegou-se à conclusão que seria mais provável a sua associação à oliveira cultivada (QUEIROZ, 2004: 5-6).

¹⁵ Quando surgiu o espaço central descoberto foi equacionada a hipótese deste corresponder a uma espécie de *atrium*. Todavia, com o continuar das escavações, esta hipótese deixou de ser considerada – a não ser que este espaço assumisse aqui uma função distinta daquela que por regra desempenha, uma vez que, habitualmente, o *atrium* assume uma posição central e articuladora do espaço doméstico, dispondo-se em seu torno alguns dos compartimentos principais da casa.

metade do total até agora recolhido), parece antes sugerir a sua vinculação às actividades ou serviços decorrentes da exploração do *fundus*.

Não obstante este núcleo apresentar uma fácies inegavelmente rústica, o carácter de certo modo regular e proporcional que a articulação dos diversos compartimentos evidencia, sugeriu-nos que este segundo bloco, e de acordo com um dos preceitos tão caros à arquitectura romana, pudesse ter de alguma forma uma correspondência morfológica ou volumétrica no plano oposto, do lado sudoeste. Se assim fosse, estes dois elementos simétricos poderiam enquadrar uma área aberta central que se desenvolvia diante da entrada principal para a zona residencial, i.e., imediatamente em frente do balcão com lanço de escadas. No entanto, as duas sondagens (C.6'-b e E.7'-a) efectuadas na área onde supostamente se desenvolveria esse outro espaço edificado não permitiram identificar qualquer tipo de estrutura que pudesse ser integrada de modo inequívoco no restante plano arquitectónico. Essa ausência, porém, não significa necessariamente que esta nunca tenha existido, uma vez que a acção exercida ao longo do tempo pelos processos pós-deposicionais originou uma perda assinalável da potência estratigráfica original nesta zona, com o consequente desaparecimento de eventuais estruturas – em C.6'-b a actual camada arável de superfície assenta directamente sobre o substrato geológico, não tendo sido possível registar qualquer nível arqueológico propriamente dito; já em E.7'-a foi possível identificar ainda restos ténues de possíveis estruturas pétreas, mas, aparentemente, com alinhamentos distintos daqueles que definem o plano do núcleo romano.

Ora se esta correspondência se verificasse, e partindo do princípio que o balcão com lanço de escada se posicionava numa posição axial relativamente ao patamar sobrelevado onde se encontra inscrito, poderíamos ter a sudoeste um espaço edificado de planta quadrangular (com aprox. 11,40 m de lado) também aberto para o pátio ou eido central deste núcleo rural (com aprox. 16 x 11,40 m). A ser assim, estes dois espaços telhados, supostamente relacionados com o armazenamento e transformação dos produtos da terra e a guarda de equipamentos e animais, ocupariam uma área em torno dos 290 m², enquanto que o primeiro bloco, eminentemente residencial, poderia rondar os 438 m². Segundo esta conjectura, a área telhada desta unidade rural teria assim aproximadamente 700 m², podendo atingir os 1.050 m² se contabilizássemos também os espaços interiores descobertos.

Todo este plano arquitectónico unitário parece ter sido construído (como justificaremos adiante) no dealbar da segunda metade do séc. I d. C., mantendo-se sem particulares alterações estruturais até à época em que este núcleo rural foi abandonado, provavelmente nos finais do séc. II ou inícios do séc. III.

As alterações construtivas identificadas neste plano parecem datar de uma fase bem posterior àquela que propusemos para a ocupação original do sítio. Trata-se de alterações pontuais, que poderão ter redefinido funcionalmente certos espaços e que parecem ter sido levadas a cabo numa fase em que esta quinta poderia já não funcionar como tal. Com efeito, essas alterações traduzem-se fundamentalmente no entaipar de alguns vãos, utilizando-se inclusivamente pesos de tear intactos, e na construção de pequenos troços de muros, assentando já sobre níveis de abandono e não apresentando a robustez e o aprumo dos anteriores (Carvalho, 2006: Est. XIX).

Assim, no decurso deste processo, o compartimento que interpretámos como cozinha ficou com dois dos seus três acessos originais entaipados, enquanto que o vão de escadas que lhe fica contíguo viu uma das paredes ser em parte rasgada de modo, aparentemente, a permitir a comunicação com o compartimento que se encontra imediatamente a sudoeste.

Por sua vez, ao longo da fachada principal do bloco residencial foram implantados pelo menos dois muros (em J.5' e L.4'), com orientações e características construtivas distintas dos demais, os quais parecem ter definido pequenos espaços adossados ao exterior dessa fachada¹⁶, enquanto que, no limite setentrional deste corredor interior aberto, terá então sido destruída a provável forja¹⁷.

No segundo bloco, por seu lado, a parede voltada para noroeste conheceu algumas reformulações, visíveis fundamentalmente no fecho dos pequenos vãos inicialmente existentes. Ao mesmo tempo ter-se-á destruído parcialmente a área lajeada que identificámos como lagar e seccionado o amplo compartimento central pavimentado com seixos do rio. Neste último caso, o compartimento foi dividido por um murete

¹⁶ Alguns indícios de natureza estratigráfica sugeriam, por vezes, a possibilidade destes terem sido construídos já durante a fase de abandono da área edificada original mas imediatamente antes do seu total desmoronamento.

¹⁷ Esta destruição em particular poderá, no entanto, ter ocorrido ainda numa época de plena ocupação romana do local.

tosco – assente sobre um nível de abandono – passando a configurar uma divisão de dimensões reduzidas, com piso térreo e um pequeno pilar de suporte do telhado ao centro¹⁸. Um outro pequeno troço de muro estreito, identificado no interior da galeria que envolve o referido compartimento central, também se integrará nesta fase.

Como referimos, todo este conjunto de alterações parece ter-se já verificado numa fase posterior ao abandono do núcleo romano original. Todavia, a ausência de materiais representativos recolhidos em contextos estratigráficos associados a este processo, impede-nos de propor uma cronologia absoluta para esta fase de reocupação do sítio. Esta ausência, porém, talvez seja sintomática de uma reocupação curta e tardia deste local, acrescido do facto de não ter então assumido uma função residencial.

Se estas pequenas alterações e acrescentos indiciam a reocupação deste núcleo rural romano numa época posterior, o aparecimento na sondagem E.7'-a de uma pequena fossa escavada no saibro (Carvalho, 2006: Est. LXVIII e Fot. 27), contendo alguns fragmentos de cerâmica exclusivamente manual, parece sugerir a ocupação deste lugar numa época pré-romana. Esta ocupação, a confirmar-se, poderia não ter assumido um carácter permanente e habitacional, dada a ausência de outros vestígios similares e anteriores à presença romana. Poderia, todavia, relacionar-se com o conjunto de estruturas negativas (fossas e valas) identificadas numa área imediatamente a oeste do conjunto edificado (SILVA e CARVALHO, 2004: 119 ss.) e com um pequeno povoado aberto que localizámos na margem direita do Zêzere.

2. Nas imediações do edifício: a organização do espaço exterior envolvente

Noutros pontos da propriedade deste núcleo rural poderiam localizar-se alguns abrigos anexos. Estes seriam pequenos casebres, alguns com cobertura de colmo ou giesta, que constituiriam importantes pon-

¹⁸ A base deste pilar parece encontrar-se ainda *in situ* (no contexto desta fase); mas originalmente (na fase inicial) poderia estar colocada no muro que delimitava a noroeste o compartimento central pavimentado com seixos do rio.

tos de apoio às actividades desenvolvidas no *fundus*, desempenhando assim um importante papel na organização interna da produção.

Com efeito, nas cercanias de “Terlamonte I”, identificámos alguns locais, com pequenas concentrações de materiais romanos à superfície, que poderão corresponder a sítios sob sua dependência directa (Carvalho, 2006: Est. VIII). Um desses locais, situado a cerca de 400 metros para sul e junto à larga superfície aluvial que bordeja o Zêzere, destaca-se pelos grandes blocos de escória aí existentes (surgindo associados a alguma cerâmica de construção), podendo assim ser interpretado como forja¹⁹. Um outro casebre, de planta aparentemente rectangular²⁰, situar-se-ia bem mais próximo do núcleo principal, a cerca de 40 metros para sudoeste e no topo de uma pequena elevação, podendo daí controlar-se uma parte da propriedade que não se visualizava a partir da unidade residencial.

Este último anexo parece ter a particularidade de se encontrar unido ao núcleo principal através de um muro – pelo menos em parte talhado no afloramento granítico – que corria ao longo de algumas dezenas de metros e entroncava com a parede traseira do bloco residencial, funcionando como uma espécie de cerca da área de influência mais imediata desta unidade rural. Aliás, se este alinhamento for conjugado com outros dois – também visíveis à superfície – que parecem constituir antigos limites parcelários e se os considerarmos contemporâneos do núcleo habitacional romano, verificamos que o plano então formado parece configurar uma cerca que delimita uma área com cerca de 3.000 m², projectando-se imediatamente em frente ao edifício principal (Est. VI).

¹⁹ Uma amostra de escória aqui recolhida e submetida a análise química (no laboratório “ACME, Analytical Laboratories, Vancouver”) pelo método *Inductively Coupled Plasma – Atomic Emission Spectrometry (ICP-AES)*, revelou um teor de ferro de 46,75%; valores de outros elementos: Mo (ppm) 6; Cu (ppm) <1; Pb (ppm) 4; Zn (ppm) 8; Ag (ppm) <3; Ni (ppm) <1; Co (ppm) <1; Mn (ppm) > 9999; As (ppm) 3; U (ppm) 55; Au (ppm) <2; Th (ppm) 11; Sr (ppm) 22; Cd (ppm) 0,6; Sb (ppm) <3; Bi (ppm) 4; V (ppm) 7; Ca (%) 0,05; P (%) 0,389; La (ppm) 23; Cr (ppm) 4; Mg (%) 0,07; Ba (ppm) 288; Ti (%) 0,01; B (ppm) <3; Al (%) 0,39; Na (%) 0,03; K (%) 0,23; W (ppm) 2.

²⁰ Enxurradas recentes e a desmatização que efectuámos permitiram colocar a descoberto – surgindo à superfície de um caminho de pé posto – alguns alinhamentos (com materiais cerâmicos associados) que parecem definir a planta de um pequeno edifício com aprox. 9 x 6 m.

A existência deste espaço murado, porém, não pode ser dada como assente, perante a ausência, até ao momento, de elementos cronológicos que fundamentem a inserção dos dois muros divisórios no cenário de ocupação romana. Mas a presença destes alinhamentos também não pode ser omitida ou subvalorizada²¹.

O primeiro, situado a cerca de 30 m para sul da área edificada (com uma orientação SO/NE) e objecto de escavação (A.1.03), é formado por grandes blocos graníticos talhados de maneira irregular. As suas características construtivas, conjugadas com a natureza da sequência estratigráfica registada e com a escassez do espólio recolhido, autorizam a sua identificação como muro delimitatório de propriedade. No entanto, ainda que apresente uma orientação semelhante à das estruturas romanas identificadas nas outras sondagens, este não pode ser integrado nessa época sem que para tal sejam sublinhadas as devidas reservas, uma vez que não encontrámos contextos arqueológicos, com materiais datáveis, inequivocamente associados ao seu processo de construção. Seja como for, trata-se de um alinhamento antigo, sem correspondência com o actual limite de propriedade – o qual se situa a cerca de 2 metros para sul e apresenta uma orientação semelhante. Esta proximidade sugere – à semelhança do que acontece com o muro e o alinhamento geomagnético que referiremos de seguida – a ocorrência de um fenómeno de isoclinação, na medida em que o traçado actual de um limite observável parece de algum modo materializar (embora uma sobreposição directa não ocorra) uma pré-existência soterrada (cf. CHOUQUER, 1997: 20).

O segundo, situado para nascente da área edificada e correndo visível à superfície ao longo de cerca de 20 m de NO para SE, é construído por blocos de dimensão mediana, de fractura grosseira, assentes a seco e a espaços marcado por pedras fincadas de maior porte (Carvalho, 2006: Fot. 28-29). Este muro – que não corresponde a nenhum limite actual de propriedade – apresentava a particularidade, confirmada depois pelos trabalhos de prospecção intensiva por quadriculagem, de constituir um limite brusco da principal mancha de dispersão de materiais à superfície (SILVA e CARVALHO, 2004: Fig. 3 e 4). Assim, o facto deste poder ter obstaculizado a dispersão natural e gradual dos materiais levou-nos logo

²¹ Muros ou muretes com características aparentemente semelhantes a estes encontram-se registados noutros locais delimitando parcelas interiores de propriedades rurais romanas (cf. MANGIN, *et alii*, 2000: 97 e ss).

a supor e a atribuir-lhe uma cronologia bastante recuada. Não obstante ter sido objecto de escavação, como forma também de verificar a natureza da anomalia geomagnética A2 (alinhamento rectilíneo com orientação sensivelmente NO / SE situado a poucos metros deste muro) que aí se registava, os resultados obtidos não permitiram nem comprovar nem refutar a hipótese inicial (*Idem, ibidem*: 129), tornando-se assim imprescindível, no decurso de próximas campanhas de escavação, a realização de uma nova sondagem num lugar onde o alicerce deste muro divisório se encontre ainda integrado num contexto estratigráfico primário.

Para além deste esboço que contempla algumas das componentes que marcavam o espaço contíguo ao edifício central da quinta, foi possível ainda, com base na articulação de diferentes metodologias de intervenção, perspectivar outros espaços um pouco mais distantes, ensaiando assim outros cenários mais alargados – propostas antes apresentadas e para as quais agora remetemos (SILVA e CARVALHO, 2004).

3. O perfil de uma quinta do interior norte da *Lusitania*

Perante o exposto, e desde logo, parece-nos possível interpretar este sítio como uma quinta ou granja, i.e., como sede duma média unidade de exploração agro-pecuária de carácter familiar (podendo ter ao seu serviço alguma mão-de-obra servil), dotada, se atendermos ao conjunto de materiais e equipamentos já identificados, de uma relativa autonomia ou auto-suficiência.

A boa exposição solar, que decorre do facto de se posicionar numa encosta virada para sudeste, a protecção natural aos ventos de norte proporcionada por um talude – que ladeia o edifício nessa direcção –, a boa drenagem dos terrenos envolventes, favorecida pelos declives moderados, a ampla visibilidade sobre o vale do Zêzere e o largo espectro de recursos naturais potencialmente exploráveis, terão sido certamente razões que não foram alheias à escolha deste lugar para edificar a quinta de “Terlamonte I”.

Ainda que se configure como um conjunto unitário, a principal área edificada desta quinta parece desenvolver-se em dois corpos construtivos espacialmente distintos – posicionados em patamares e separados por um corredor largo não telhado – e funcionalmente dissemelhantes – se atendermos à configuração e à articulação dos compartimentos que os

integram e se considerarmos a distribuição micro-espacial das estruturas e dos artefactos identificados no seu interior.

O primeiro, de piso térreo (talvez com um andar sobradado) e paredes de pedra à vista, posicionado num terraço sobrelevado em relação ao segundo e com uma série de compartimentos aos quais se acedia através de dois lanços de escada, parece corresponder – dadas também as características dos materiais aí recolhidos – a uma área eminentemente residencial, podendo também ser palco de algumas actividades artesanais, como seja a tecelagem. As divisões da casa, aparentemente pequenas e de interiores escuros, estariam aqui reduzidas ao essencial, encontrando-se desprovidas de materiais e equipamentos que lhe proporcionassem um particular conforto. Neste ambiente sóbrio, apenas a possível varanda alpendrada que marcava o centro da sua fachada, dotaria este corpo habitacional de algum “sentido estético”, harmonizando e embelezando a simplicidade dos seus volumes.

O segundo, desenvolvendo-se à mesma cota do espaço descoberto que o separa do anterior e articulando-se em torno de um amplo compartimento central – com a originalidade de ter seixos do rio como pavimento – é, em termos funcionais, mais difícil de interpretar. Todavia, quer a presença dos conjuntos de pesos de tear (encontrados aparentemente *in situ*) em dois dos cantos da galeria que envolve o compartimento central e de um espaço lajeado que interpretámos (com as devidas cautelas) como *area* de um pequeno lagar rudimentar, quer a possibilidade da parede noroeste (voltada para o corredor descoberto, no qual se localizaria uma pequena forja) ser porticada ou aberta e do lado sudoeste se abrir inteiramente para um possível terreiro interior não telhado, sugerem a sua vinculação às actividades ou serviços decorrentes da exploração do *fundus*. Dimensionado e organizado internamente em função da escala e da natureza das práticas agrícolas e da criação do gado, este segundo corpo (com um possível prolongamento a sudoeste) integraria o que poderíamos denominar de *pars rustica* e ocuparia uma área considerável adentro do total da área construída desta quinta, revelando assim, de algum modo, o lugar central que estas actividades agro-pecuárias ocupavam naturalmente no quotidiano destas gentes.

No seu conjunto, este núcleo edificado apresentaria cerca de 24,87 m de largura e 42,41 m de comprimento máximo, podendo ocupar, se estas medidas constituíssem as dimensões máximas de um edifício de

planta rectangular, uma área em torno dos 1.000 m². Se a esta área principal adicionarmos a superfície de um ou dois pequenos anexos especialmente dissociados, a totalidade do espaço intramuros (coberto e descoberto) desta quinta poderia atingir os 1.100 ou 1.200 m².

Esta medida poderia mesmo constituir a superfície habitual das quintas de maior envergadura nestas regiões do interior norte da Lusitânia²², distinguindo-se das *villae* não tanto pela dimensão da área edificada mas antes pela especificidade funcional de alguns compartimentos, pela expressão estética de recorte clássico de alguns dos seus espaços ou elementos constituintes e pela qualidade dos materiais empregues na construção e nos acabamentos que estas últimas apresentam. A este propósito, o sítio escavado dos Barros (Oledo – Idanha-a-Nova), provido, designadamente, de termas e pavimentos em mosaico e com uma área que poderia rondar os 1.750 m², parece constituir um exemplo paradigmático do que poderá ser inquestionavelmente classificado como *villa* nestas regiões (cf. CARVALHO e CABRAL, 1994: 61-82).

Esta quinta inscrevia-se num pano de fundo que não era neutro. Desde logo, sob um ângulo estritamente interpretativo, não deve ser entendida como um núcleo separado de um conjunto mais alargado. A sua estrutura de funcionamento e a sua evolução explicam-se também no quadro de uma teia de relações familiares e sociais que estabeleceria com núcleos rurais vizinhos e, a outra escala, com os próprios lugares de mercado e de prestação de serviços administrativos e religiosos que se assumiam como os centros nevrálgicos da *civitas*. A paisagem que então se formava, resultante de uma contínua correlação entre factores de natureza material e cognitiva, era composta por todo um sistema de povoamento que não pode ser consecutivamente segmentado, sob pena deste – e de cada núcleo que o compõe – ficar privado de boa parte do seu significado.

A este nível, aquilo que agora procuraremos perscrutar são os sinais de um sistema de exploração e de um modo de vida referentes a um tipo de unidade social básica que, habitualmente, não obstante a sua

²² Em prospecção, a partir de uma observação empírica dos vestígios de superfície, este tipo de núcleos poderá corresponder a locais que apresentam áreas máximas de dispersão de materiais em torno dos 5.000 m², podendo em alguns casos, em função da implantação geomorfológica e da acção dos processos pós-deposicionais, atingir os 10.000 m² (CARVALHO, 2004).

recorrência, se encontra insuficientemente representada no discurso arqueológico. Embora sejam fragmentárias, lacunares e ambíguas as fontes de informação que reflectem estes sinais, a sua articulação permite construir a imagem de uma quinta – ainda que, por vezes, esta seja mais baseada em suposições e impressões do que em certezas. De qualquer forma, a imagem que esta quinta projecta não deixa de espelhar a marcada ruralidade do cenário mais vasto onde se encontrava embutida (CARVALHO *et alii*, 2002; CARVALHO, 2005).

Com efeito, os resultados de uma estratégia concertada de intervenção levada a cabo no interior e no exterior imediato do espaço edificado, prolongados por um plano de prospecções executado nas cercanias, sugerem para esta quinta, inscrita num campo pontilhado por outros núcleos rurais autónomos de pequenas e médias dimensões, algumas características fundamentais que permitem esboçar-lhe o perfil.

Certamente na posse de uma família nuclear, i.e., de um casal mais a descendência directa (e um ou outro familiar), servidos eventualmente por alguns criados domésticos (dois ou três, no máximo), esta unidade exploraria uma propriedade de média dimensão – que englobaria desde as terras mais sinuosas cobertas de mato, a norte, aos lameiros nas margens do Zêzere, a sul – e na qual, como suporte à actividade agro-pecuárias aí desenvolvidas, terão sido estrategicamente erguidos dois ou três casebres anexos²³.

Em frente à residência, numa espécie de terreiro ou eido murado que prolonga as áreas de serviço telhadas, poderiam cultivar-se, entre árvores frutíferas, algumas espécies hortícolas que careciam de permanentes cuidados, ao mesmo tempo que alguns animais se criavam e guardavam em redis construídos com materiais não duradouros e outros locais se empilhava a palha e o mato que eram utilizados, nomeadamente, nas camas do gado e, depois, no estrumar da terra. Um pouco mais distantes, provavelmente, as terras com cereais de sequeiro e os pastos para o gado em zonas de alqueives, coexistindo com manchas de árvores, algumas delas cultivadas ou alvo de uma selecção preferencial (como a oliveira e talvez o azinho), encontrando-se as matas de car-

²³ A percepção que temos da paisagem neste lugar sugere-nos que a área de actividade preferencial desta quinta, i.e., a propriedade explorada, estender-se-ia sobretudo para sul, face à presença do rio e à localização dos pequenos sítios funcionalmente subordinados; para norte estender-se-ia a propriedade de outra quinta ou *villa* (CARVALHO, 2006: Fich. Inv. N.º 96).

valhos, urzes e medronheiros relegadas para as encostas mais íngremes e de solos mais arenosos²⁴.

A presença de algumas peças e equipamentos sugere também que este estabelecimento seria em grande medida auto-suficiente, à semelhança de outros núcleos rurais de maior envergadura como as *villae* (ALARCÃO, 1988: 132-133). Quer dizer, congregaria o essencial das práticas que conferiam à família nele residente, em termos de subsistência, uma relativa autonomia – desde a fiação e tecelagem, passando por áreas relacionadas com a transformação da produção agrícola, à fundição e manufatura de pequenos utensílios.

A este propósito, convirá sublinhar, até pelo conjunto de elementos que o indiciam, que na economia desta quinta a criação de gado deve ter assumido um papel primordial. Desde logo, as características geo-ambientais da região onde se insere terão particularmente estimulado essa actividade. Depois, a prática da tecelagem, amplamente documentada neste núcleo rural pelo número considerável de pesos de tear identificados, parece atestar a criação de ovelhas. Aliás, julgamos aceitável admitir – sem muitas reservas – que este tipo de núcleos rurais de média dimensão poderiam apascentar nas suas terras pequenos rebanhos de ovinos e caprinos. Para o sustento familiar poderia ainda contribuir a criação de alguns suínos, de um ou outro bovínico ou mesmo de aves de capoeira²⁵.

Estas propostas, contudo, não resultam do achado de restos de fauna doméstica em “Terlamonte I”. Neste lugar, face às características do solo, não foi possível identificar em escavação qualquer tipo de material osteológico. A criação de animais pode apenas ser inferida a partir do achado de pesos de tear e da localização de um ou dois pequenos espaços, adentro da área edificada, que poderão ter servido para guarda de animais. Mas as potencialidades do meio natural, a indispensabilidade de diversificar a produção e a relativa autarcia que caracterizaria estas comunidades, não deixam também, a seu modo, de corroborar esta possibilidade. Acresce-se ainda o facto desta actividade não

²⁴ Este é um cenário hipotético, mas os seus traços definidores, como adiante veremos, são guiados pelos dados resultantes da investigação paleoambiental levada a cabo neste lugar.

²⁵ No contexto da economia doméstica desta quinta (concretamente em termos da obtenção de bens alimentares), não seria também despiçando o papel da caça – talvez de javali ou mesmo de veado.

exigir tantos braços de trabalho como aconteceria com muitas das práticas agrícolas, o que parece ser mais consentâneo com a hipótese deste tipo de quintas não abrigar mais do que uma família nuclear e, talvez, um ou dois criados.

As actividades antes referidas – dimensionadas à escala da exploração familiar – seriam levadas a cabo tendo sobretudo em conta o consumo próprio. Periodicamente, porém, alguns excedentes seriam escoados para as redes de comércio locais. Esta ligação constituiria um elo fundamental no quadro da economia de subsistência desta quinta, tanto por permitir arrecadar outro tipo de receitas, como por possibilitar o acesso a bens e equipamentos produzidos noutras latitudes.

A regularidade do plano arquitectónico – evidenciada numa articulação cadenciada dos espaços – e a escoceita capacidade técnica empregue – que ressalta das características construtivas estruturais –, associada à presença de alguns fabricos cerâmicos de regiões mais meridionais – e com uma cronologia de produção bem recuada na primeira centúria da nossa era – não pode deixar de sugerir a fixação neste local de uma família proveniente de outras paragens.

Com efeito, se esta quinta foi construída em meados do séc. I d. C., num contexto de um ainda “recém-criado” quadro territorial e administrativo e numa época em que um novo padrão de povoamento, fundado numa nova lógica de exploração do território, emerge e pulveriza o que restaria da configuração matricial do povoamento pré-romano, talvez se deva equacionar a hipótese desta exploração agro-pecuária não resultar tanto da iniciativa de populações locais – com raízes ainda bem fundas no substrato indígena – que passariam doravante a envergar incondicionalmente uma outra roupagem adaptada às novas circunstâncias, mas ser antes consequência de um processo de “colonização” desenrolado de uma forma notória ainda durante algumas décadas do séc. I d. C.

A ser assim, e nesta particular etapa em que paralelamente à criação e delimitação das *civitates* se assiste a uma readaptação das formações étnicas e sócio-económicas anteriores, parece-nos admissível pensar que algumas das explorações agro-pecuárias de média ou grande dimensão poderiam ser propriedade de indivíduos originários de outros locais mais “romanizados” da Península – doravante, e sob sua alçada, passaria mesmo a estar uma parte da população local, enquanto que outra viveria isolada em *tuguria* e casais ou agrupada em pequenos aglomerados populacionais sem sinais expressivos dos ambientes urba-

nos romanos. Tal não significa, porém, que atribuamos necessariamente a quinta de “Terlamonte I” a uma família originária de outras latitudes – numa região fortemente marcada por um substrato populacional indígena (CARVALHO, 2006: 943 ss.), estamos também convencidos que muitas destas quintas seriam pertença de populações autóctones.

Ora estas alterações no quadro das formas de povoamento, ocorridas sobretudo a partir de inícios da primeira centúria, poderão de certa forma ser enquadradas no contexto de um pensamento sistémico, na medida em que é trazido também à colação um contacto ou impulso externo para em parte as explicar. Todavia, não concebemos o sistema de povoamento emergente como o resultado inexorável de um processo difusionista, cujas modificações que carrega, independentemente do lugar onde se manifestem, se reflectem sempre sob idênticas formas e com o mesmo grau de intensidade. Ainda que não se encontrem a salvo das influências e estímulos externos, as dinâmicas internas dos grupos sociais autóctones serão igualmente guiadas pelas atitudes e costumes particulares que permanecem de etapas anteriores. Isto originará estratégias adaptativas alternativas e dará corpo à ideia de variabilidade que – segundo cremos – deverá impregnar o processo de ocupação e exploração das paisagens da *Lusitania* romana.

É também no quadro deste posicionamento, e de acordo com os dados obtidos no terreno, que atribuímos contornos particulares aos campos romanos da Beira interior – estes encontrar-se-ão marcados por alguns *vici* e estruturados em função sobretudo de inúmeras quintas e casais (surgindo estes últimos por vezes agrupados) (CARVALHO *et alii*, 2002).

Esta quinta talvez tenha sido habitada durante 4 ou 5 gerações. O tipo de materiais recolhidos e a escassez destes no interior da área edificada, como veremos adiante, permitem ainda supor o seu abandono premeditado e situá-lo nos finais do séc. II ou nos inícios do séc. III, i.e., numa época usualmente conhecida por marcar o início de tempos bastante conturbados no Império. Todavia, deste abandono não podemos necessariamente deduzir a ocorrência de uma crise conjuntural generalizada, consequência de contingências climatéricas que provocaram anos sucessivos de más colheitas, nem tão pouco podemos vinculá-lo a alterações mais estruturais relacionadas com uma alegada tendência para a concentração fundiária. As razões que o motivaram poderão ter sido meramente fortuitas, insondáveis, sem qualquer eco no registo

arqueológico, e poderão ainda ser exclusivamente explicáveis pela própria dinâmica interna dos últimos moradores desta quinta. Assim, na ausência de dados que registem os ritmos ou espectros de ocupação de outras habitações, não é possível, por agora, inscrever o abandono de “Terlamonte I” num processo de âmbito mais abrangente.

No quadro de um programa de colaboração estabelecido com o *Centro de Investigação em Paleoeologia Humana e Arqueociências (CIPA – IPA)* foi possível também estudar os conjuntos arqueobotânicos recolhidos durante a escavação deste sítio²⁶.

Antes de mais, a escassez de fragmentos lenhosos carbonizados identificados em “Terlamonte I” implicou que, na prática, a estratégia de amostragem seguida se traduzisse numa recolha sistemática dos carvões sempre que estes iam surgindo. Outras estratégias possíveis de recolha nem sequer foram equacionadas face ao carácter residual deste tipo de material orgânico nos sedimentos escavados. Não obstante, no final, em termos de colheitas efectuadas no interior da área edificada, foi possível individualizar 8 amostras para estudo. Estas foram recolhidas tanto em níveis de ocupação (e também de abandono), como em contextos estratigráficos específicos associados a uma determinada estrutura / actividade.

Em laboratório, neste conjunto de amostras, a equipa do CIPA identificou 155 fragmentos de carvão (QUEIROZ *et alii*, 2005), os quais revelaram a presença no local das seguintes espécies vegetais: pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), azinheira (*Quercus ilex ballota*), choupo (*Populus*), aroeira (*Pistacia lentiscus*), medronheiro (*Arbutus unedo*), urze branca (*Erica arborea*), giesta (*Cytisus scoparius*) e uma possível árvore de fruto (*Prunus*).

Se atendermos aos valores percentuais que as diversas espécies apresentam quando encontradas em contextos estratigráficos relacionados com a ocupação do sítio (independentemente da interpretação dada

²⁶ Na abordagem que em seguida fazemos desta temática seguimos de perto, obviamente, os relatórios elaborados pela equipa do *Laboratório de Paleoeologia e Arqueobotânica* do IPA: QUEIROZ *et alii*, 2003; QUEIROZ, 2004; QUEIROZ *et alii*, 2005. E a este propósito, não podemos deixar de expressar a nossa gratidão a Paula Queiroz, José Eduardo Mateus e Win Van Leeuwen por todo o apoio que dispensaram ao nosso Projecto.

a esses contextos), verifica-se claramente o predomínio do carvalho cerquinho (36,6%) e da urze branca (24,1%) (i.e., correspondem a cerca de 60% dos tipos xilotómicos identificados). Menos representado encontra-se o pinheiro bravo (9,8%), o choupo (8,0%) e as árvores de fruto (5,4%), sendo depois seguidos por valores residuais de carvalho negral (2,7%), aroeira (1,8%), azinheira (1,8%), medronheiro (0,9%) e giestas (0,9%)²⁷.

Estes valores relativos apenas aos níveis de ocupação do sítio modificam-se quando agrupamos as amostras em função da sua contextualização estratigráfica específica. Assim, se tivermos apenas em consideração os fragmentos de madeira carbonizados encontrados de forma dispersa e aleatória por sedimentos formados durante o processo de ocupação da quinta (excluindo aqueles recolhidos nas estruturas de combustão), verificamos que os valores do carvalho cerquinho aumentam significativamente (71,4%), assistindo-se também a uma redução do número de espécies representadas – estas resumem-se ao choupo (10,7%), à aroeira (7,1%), à azinheira (7,1%) e ao medronheiro (3,6%) (i.e., não se encontram representados a urze, o pinheiro, o carvalho negral, a giesta e as árvores de fruto). Quanto aos agrupamentos de carvões recolhidos em contextos associados a estruturas de combustão (i.e., a uma possível lareira ou à câmara de combustão de uma pequena forja) estes revelam uma utilização preferencial de urze branca (32,1%), carvalho cerquinho (25%) e pinheiro bravo (13,1%) (*Idem, ibidem*).

Antes de analisarmos com um maior detalhe o conjunto de dados apresentados, convém começar por referir que o elenco florístico identificado não pode ser utilizado com o intuito de fundamentar uma reconstituição paleoambiental automática da envolvente imediata de “Terlamonte I”. Com efeito, na actualidade, os dados que as análises arqueobotânicas trabalham são antes encarados sob uma perspectiva paleo-etnobotânica, i.e., os restos lenhosos carbonizados recolhidos numa escavação são sobretudo considerados como testemunhos de madeiras que foram seleccionadas e transportadas pelo homem tendo em vista uma utilização específica (PIQUÉ I HUERTA, 1999). Ora como cada uma das espécies vegetais possui propriedades físicas próprias –

²⁷ Na única amostra recolhida num nível de abandono desta quinta estas percentagens alteram-se totalmente, atingindo os valores da urze branca só por si quase os 60% – estas cifras parecem ser sintomáticas da invasão deste lugar por matagais num momento pós-ocupação.

que as tornam mais procuradas, por exemplo, para a construção de habitações, o fabrico de utensílios ou como simples elementos de combustão – essa sua selecção e transporte não tem necessariamente de ser directamente proporcional à sua distribuição ou disponibilidade relativa no meio, podendo antes reflectir de forma mais clara as necessidades e preferências particulares de uma comunidade²⁸. Assim, mais do que permitir a constituição de um espectro quantitativo e qualitativo do coberto vegetal de uma região, os diagramas antracológicos poderão ser, quando muito, representativos de um padrão ou estratégia local de consumo e aprovisionamento dos recursos florestais, alguns deles estreitamente associados à obtenção ou preparação de alimentos.

Não obstante as limitações referidas, convém também sublinhar que em núcleos rurais como o de “Terlamonte I” – i.e., em unidades de exploração agro-pecuária de dimensão média e relativamente auto-suficientes – os elementos arbóreos e arbustivos aprovisionados seriam essencialmente aqueles que existiriam nas imediações. Neste sentido, a inclusão das espécies referidas no elenco florístico representado não poderá deixar de atestar a sua presença ou disponibilidade no raio de captação directa deste lugar. Porém, a inexistência de outros – como por exemplo o castanheiro (*Castanea sativa*), identificado nos diagramas polínicos do “Charco da Candieira” (Serra da Estrela) (VAN DER KNAAP e VAN LEEUWEN, 1995: 201) ou registado como cultivo em época romana na zona da Sierra de Francia (Ciudad Rodrigo) (RUIZ DEL ÁRBOL *et alii*, 2003: 336-337) – não pode ser invocada como prova da sua ausência nestas paisagens (até porque a amostra de carvões analisada, circunscrita a espécies lenhosas, é relativamente reduzida e estatisticamente não muito representativa).

De qualquer forma, e ainda que não seja igualmente possível inferir a partir dos recursos vegetais identificados quer o modo como estes se distribuíam espacialmente pela envolvente de “Terlamonte I”, quer a

²⁸ Comunidade que não se movimentará por completo num quadro determinista de simples adaptação à oferta meio ambiental e regendo-se pela lei do mínimo esforço; as comunidades não deixam de ser condicionadas pelo meio mas apropriam-se dele e modificam-no de acordo com as suas necessidades (relação dinâmica e recíproca homem – meio). Por sua vez, a gestão deste tipo de recursos naturais – assim como a amplitude do impacte humano sobre a natureza – encontrava-se ainda dependente da capacidade tecnológica e do modo como as comunidades no passado organizavam a exploração dos campos (BUTZER, 1989).

medida da sua participação e importância relativa na economia rural desta quinta, a verdade é que – através destes estudos arqueobotânicos – foi possível colher uma série de informações que não deixam de se revelar importantes para o aclarar destes e de outros aspectos.

Antes de mais, o elenco florístico de espécies representadas em “Terlamonte I” reproduzirá alguns tipos – e não a sua totalidade – de recursos vegetais lenhosos utilizados pelos habitantes desta quinta romana (QUEIROZ *et alii*, 2005: 7). Como antes referimos, a percentagem de ocorrência de cada um desses tipos não espelhará necessariamente a amplitude da sua frequência no meio, uma vez que no espectro obtido estes surgirão em grande medida como resultado de uma selecção e utilização antrópica. Todavia, apesar das limitações que isto acarreta em termos de reconstituição paleoambiental, será precisamente com base neste pressuposto que se compreenderão melhor muitas das variações verificáveis em função do contexto estratigráfico específico (cronológico e funcional) onde as diferentes amostras foram recolhidas.

Com efeito, a presença de urze branca e de pinheiro em “Terlamonte I” regista-se exclusivamente – e abundantemente – nas amostras relacionadas com as estruturas de combustão. Essa ocorrência não deixará de ser sintomática de algo. Significará, provavelmente, que estes seriam os tipos de madeira preferidos como lenha, por serem de fácil e rápida combustão, abastecendo nomeadamente uma pequena forja da quinta (relativamente à urze branca, é conhecida a sua grande capacidade calórica e a larga utilização na produção de fogo doméstico) (*Idem, ibidem*: 8)²⁹.

Por sua vez, a madeira de carvalho e azinho surge maioritariamente representada nos níveis de ocupação não associados a estruturas de combustão. Por se localizarem no interior da casa, selados mesmo por níveis de abandono, estes restos lenhosos poderão corresponder a madeiras seleccionadas preferencialmente como material de construção, tendo sido utilizadas, designadamente, como armação de suporte dos telhados – é conhecida também a grande qualidade destes tipos de madeira no que respeita à sua rigidez, resistência e durabilidade; estas mesmas madeiras possuem um elevadíssimo valor calórico (sendo ainda

²⁹ Embora esta hipótese deva ser avançada, também não podemos deixar de ter presente que os carvões recolhidos nessas áreas poderão somente documentar a madeira utilizada nas últimas combustões, i.e., não representarão, necessariamente, a madeira mais consumida durante a fase de funcionamento dessas áreas estruturadas.

muito procuradas pelo facto de a sua combustão ser bastante mais demorada), mas num provável quadro de desarboreização significativa em época romana (e mesmo pré-romana) a sua utilização como lenha, pelo facto de não abundar, talvez fosse pouco frequente (*Idem, ibidem*: 8-9).

O achado em ambos os contextos estratigráficos – e em proporções mais residuais – de outros tipos de madeira (tanto de pequenas árvores, como de arbustos de dimensão média), poderá por sua vez reflectir, por exemplo, a sua utilização no fabrico de objectos artesanais ou equipamentos vários (como será o caso, face às suas características, do choupo, da aroeira e do medronheiro).

Mas à semelhança das restantes, por se encontrarem representadas, estas últimas espécies não deixam igualmente de revelar a sua presença no entorno imediato de “Terlamonte I”. Algumas, mais do que formações naturais desta região, terão sido inclusivamente objecto de uma selecção preferencial em época romana, mediante a sua protecção e cultivo – este poderá ser o caso de algumas árvores de fruto (6 dos carvões identificados poderão pertencer a uma cerejeira, ameixeira ou pessegueiro?) que exerceriam a seu modo um papel participativo na economia rural desta quinta. Para além destes pomares, os pequenos olivais poderiam também já constituir uma realidade nesta região durante o séc. I-II d. C., como parece inferir-se da identificação de um caroço de azeitona (*Olea europaea*) (QUEIROZ, 2004) cuja recolha em escavação foi efectuada – com antes vimos – junto a uma possível área de prensagem.

Estas últimas espécies cultivadas, pelos cuidados continuados que requeriam, poderiam localizar-se nas imediações da casa da quinta, i.e., na sua área preferencial de actividade, onde pontificariam as culturas hortícolas. Um pouco mais afastados, os campos cerealíferos e, na encosta voltada ao rio, talvez encontrássemos formações arbustivas de medronheiros, aroeiras e giestas. Podemos admitir ainda que os bosques de carvalho, os “montados” de azinho ou mesmo os soutos, cobriam parte das áreas não cultivadas entre quintas, assinalando as terras de pasto, de recolha de lenha e folhada, enquanto que as áreas mais montanhosas e arenosas seriam invadidas por urzes e pinheiros bravos. Nas terras baixas, junto ao Zêzere, cujo leito seria bordeado por choupos, estendiam-se os lameiros semeados e regados, visíveis desde a casa da quinta.

Este não passa, todavia, de um cenário ecológico virtual – sobretudo em termos de distribuição espacial e importância relativa das diversas espécies arbóreas e arbustivas. Nesta imagem, que procura

representar o coberto vegetal da zona, apenas se poderá dar como certa a ocorrência das espécies referidas. Seja como for, a caracterização que é feita da envolvente ecoterritorial de “*Terlamonte I*” não pode deixar de ser encarada como uma primeira tentativa, necessariamente parcial e provisória, dado o carácter relativamente reduzido e antropicamente induzido do conjunto arqueobotânico sobre o qual assenta. Falta ampliar significativamente o conjunto das amostras antracológicas deste e doutros lugares da região. Falta, se possível, efectuar análises carpológicas dos sedimentos. Falta sobretudo, neste caso em particular, informação palinológica adequada (se necessário articulada com análises de C14), recolhida em níveis estratigráficos cuja deposição tenha estado a salvo de filtragens antrópicas.

A previsível e desejada continuação das escavações na quinta romana de “*Terlamonte I*”, fixando como objectivo genérico a definição integral da sua componente edificada – em termos de dimensões, configuração interna e atribuições funcionais (incluindo os anexos directamente subsidiários do núcleo sede de propriedade) – afigura-se-nos como uma condição indispensável no processo de análise da paisagem social desta região. Esta intervenção continuada no tempo, num tipo de núcleo rural que – não obstante corresponder na actualidade a uma categoria tipológica teoricamente definida e aceite por muitos autores – continua a ser praticamente desconhecida entre nós em termos arqueológicos propriamente ditos, possibilitará a obtenção de um conjunto de dados potencialmente indiciadores tanto dos processos de trabalho desenvolvidos, como da estrutura familiar ou de parentesco subjacente que lhes deu vida. Esta unidade em particular, porém, não deve ser entendida linearmente como um estereótipo que, em qualquer lugar e sob qualquer circunstância, se repete invariavelmente em todos aqueles sítios classificados como quinta. Mas o estudo detalhado deste micro-espço, por corresponder a uma categoria tipológica recorrente nesta região (e cujas principais características, em termos de estratégias familiares do uso do espaço doméstico, se podem verificar noutros sítios análogos), quando articulado com as análises do sistema de povoamento efectuadas à escala regional, não deixará de constituir uma via fundamental para o estudo da paisagem entendida como espaço natural mas socialmente construído.

Paralelamente, a prossecução das investigações para além da área intra-muros, e o seu desenvolvimento de modo transversal (com base

numa colaboração programada com investigadores da área das geociências) parece-nos absolutamente fundamental para uma interpretação correcta do tipo de estruturas identificadas no exterior da área edificada. Esta estratégia será, aliás, a única forma de ultrapassar as limitações inerentes a uma intervenção estritamente arqueológica, uma vez que permitirá, designadamente, definir a composição tanto dos sedimentos (e o processo que deu origem à sua acumulação) como do minério e de alguma escória (vinculando-os ao metal produzido), permitindo ainda determinar as temperaturas alcançadas nas áreas de combustão (possibilitando a distinção entre fornos domésticos, que habitualmente podiam atingir temperaturas da ordem dos 600°C, e fornos para redução de minerais, que, no caso do cobre, era atingida com temperaturas em torno dos 850 a 900°C e, no caso do ferro, à temperatura de 1150°).

4. Os materiais como índices cronológicos e funcionais

O lote de materiais recolhidos nas diversas campanhas de escavação pode caracterizar-se, em termos gerais, por ser relativamente escasso e por apresentar um conjunto de fabricos e um repertório formal não muito diversificado³⁰. Não obstante, o conjunto de peças identificado parece-nos constituir uma amostragem suficientemente representativa do que seria a panóplia de artefactos utilizados neste tipo de núcleos rurais romanos do interior norte da Lusitânia.

Testemunhos fragmentados dos bens de uma unidade familiar, que a permitem, desde logo, situar no tempo, estes utensílios reflectem também, acima de tudo, as actividades desenvolvidas no quotidiano e os contactos regularmente estabelecidos com os mercados locais, onde produtos de regiões mais longínquas teriam igualmente lugar.

A *terra sigillata* encontra-se representada por um conjunto que ronda a centena e meia de fragmentos. Este é quase na totalidade representado pelas produções hispânicas, sendo manifestamente residuais as peças sudgálicas³¹. O leque das formas reconhecidas

³⁰ Estas características, como vimos, poderão resultar não apenas do contexto sócio-económico onde este sítio se inscrevia, mas também de uma ocupação efectiva relativamente curta no tempo e do seu abandono premeditado.

³¹ No cômputo geral apenas foram identificados 3 fragmentos como pertencendo aos fabricos gauleses.

(correspondendo a cerca de 33 % do total das peças identificadas) apresenta uma amplitude relativamente estreita, circunscrevendo-se às formas Drag. 15/17, Drag. 24/25, Drag. 27, Drag. 35/36 e Hispânica 4³².

Este lote de sigilata, como referimos, caracteriza-se essencialmente pela hegemonia da produção hispânica (sendo aparentemente proveniente das oficinas de *Tritium Magallum*), encontrando-se exclusivamente representada nas suas formas lisas. Ainda que os dois tipos de peças mais representados – cerca de 78% dos fragmentos classificáveis em termos de forma integram-se nas Drag. 15/17 e Drag. 27 – tenham começado a ser produzidos e comercializados pelas oficinas hispânicas essencialmente a partir da década de 40 do séc. I d. C., as suas características formais sugerem a sua inserção numa fase de produção um pouco mais avançada, eventualmente flaviana ou pós-flaviana, contemporânea das produções um pouco mais tardias representadas aqui pelas formas abertas Drag. 35/36 e Hispânica 4. Assim sendo, a presença de sigilata hispânica neste local documentará essencialmente a fase de ocupação plena de “Terlamonte I” e testemunha o domínio dos mercados peninsulares de louças finas de mesa por parte deste tipo de sigilata a partir da década de 70 / 80 d. C. Os escassos fragmentos de sigilata sudgálica poderão reportar-se, por sua vez, à fase inicial de ocupação do sítio, não sendo despidiendo o facto de um deles ter sido recolhido precisamente num nível de aterro (N.6'.04) com uma cronologia de depósito similar à da construção dos muros envolventes.

Entre os materiais recolhidos destacam-se igualmente as cerâmicas de “paredes finas”, parecendo encontrar-se representadas as formas Mayet II, III, X, XXXVII e XLIII (Est. VIII). Mas mais do que enumerar as diversas formas de cerâmica de paredes finas que surgem representadas, interessa verificar em que medida o seu aparecimento, em função do contexto estratigráfico onde foram registadas, poderá contribuir para a aferição de uma cronologia de construção deste núcleo rural. Assim, e tendo basicamente em consideração as peças que identificámos em unidades estratigráficas com uma cronologia de depósito idêntica à da construção dos muros envolventes, torna-se necessário desta-

³² Para uma descrição e análise mais detalhada, tanto da sigilata como dos restantes tipos de materiais recolhidos, cf. CARVALHO, 2006: 523-551 e Est. XXXIV-L.

car para tal as formas Mayet II, XXXVII e XLIII³³. Com efeito, um exemplar de cada uma destas formas foi recolhido num provável nível de aterro formado aquando da construção do “corredor” (para altear e nivelar o terreno acima da cota máxima do afloramento que aí se verifica) que parece percorrer pelo menos uma parte das traseiras do espaço edificado. Trata-se de um contexto estratigráfico primário que se encontrará associado à fase inicial de construção da área residencial, uma vez que não há qualquer indício de que o mesmo diga respeito a um posterior processo de remodelação. Neste sentido, ainda que tenhamos identificado em O.5'.09 um bordo de uma possível cerâmica de paredes finas da forma Mayet II, com uma cronologia de produção que poderá prolongar-se até aos inícios do principado de Augusto (MAYET, 1975: 27; LÓPEZ MULLOR, 1989: 99), a presença no mesmo nível selado da forma Mayet XXXVII, bastante comum nas produções béticas da época de Cláudio-Nero (MAYET, 1975: 73; LÓPEZ MULLOR, 1989: 174 e ss.), parece antes sugerir os meados do séc. I d. C. como cronologia aproximada de construção deste edifício. É certo que o achado em P.5'.02 de um fragmento da forma Mayet XLIII, juntamente com três fragmentos de sigilata hispânica, poderia aconselhar a fixação da nossa proposta cronológica em plena segunda metade do séc. I d. C., uma vez que estes fabricos emeritenses são particularmente característicos de uma época um pouco mais avançada na primeira centúria (MAYET, 1975: 98-99, 105-107 e 143). No entanto, o facto deste nível de aterro se encontrar bastante perturbado pela camada arável de superfície (precisamente onde os fragmentos surgiram) leva-nos por precaução a relativizar o seu valor como índices cronológicos. A presença, porém, de quatro fragmentos (informes) de sigilata hispânica em níveis que interpretámos como se tendo formado aquando edificação deste sítio (C.2.09, E.1.06, L.5'.16 e J.3'.10), não pode deixar de ser tomada em consideração, podendo indiciar ou corroborar uma data de construção posterior a meados da primeira centúria.

Assim sendo, a presença das formas mais antigas de paredes finas (Mayet II, III e X) num contexto em que o grosso dos materiais datáveis – fundamentalmente as sigilatas – são posteriores a meados do séc. I d. C., poderá explicar-se não tanto como testemunho inequívoco de uma

³³ Todas as outras peças de paredes finas – incluindo algumas que representam estas formas – foram detectadas em níveis de ocupação, de abandono ou mesmo de pós-abandono.

ocupação também recuada do local, mas antes como um possível reflexo do conjunto de louça fina de mesa que a família aqui instalada tinha adquirido anteriormente – ou que tinha herdado – e que, eventualmente, trouxe consigo desde outras latitudes de onde seria originária³⁴.

Ainda não documentadas nesta região – pelo menos em trabalhos publicados – as cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” fazem também parte do acervo de materiais recolhidos em “*Terlamonte I*”, encontrando-se representadas por cinco fragmentos, um deles pertencendo à forma 6 de Aguarod (= Luni 5), integrável, genericamente, no séc. I d. C. (AGUAROD OTAL, 1991: 74-78). Também representadas, mas igualmente raras, encontram-se ainda as lucernas.

Ainda que o grosso dos materiais recolhidos neste núcleo rural seja cerâmica comum, o seu grau de conservação / fragmentação e a sua diversidade em termos de formas nunca assumiram uma amplitude que possibilitasse a construção de um desenvolvido quadro tipológico estruturado a partir de agrupamentos de peças com base num critério tecnológico. Ainda assim, com o decorrer das diversas campanhas, tornou-se possível alargar e solidificar de alguma forma o quadro dos grupos de fabricos, com os respectivos repertórios morfológico-funcionais, começando agora a tornar-se algo representativo da panóplia de louça doméstica utilizada quotidianamente pelos habitantes desta unidade rural.

A observação das características tecnológicas das peças continua a sugerir um claro predomínio dos fabricos locais e/ou regionais, constituídos por elementos mineralógicos existentes na região (quartzo, micas e feldspatos), predominantemente modelados a torno e cozidos a temperaturas médias, com um predomínio das atmosferas oxidantes sobre as redutoras. No entanto, também não pode ser considerado residual o volume que certas produções, com pastas mais finas e depuradas, de

³⁴ A ser assim, este caso demonstrará que a cronologia de fabrico de uma peça (ou de um conjunto de peças) não tem necessariamente que reflectir com exactidão a cronologia do contexto arqueológico onde se encontrava. Ainda que seja de difícil contabilização, as cerâmicas têm um tempo de duração / utilização – podendo mesmo atingir algumas décadas nas peças de uso não diário – que neste processo de atribuição de cronologias não pode deixar de ser tomado em consideração (cf., a este propósito, ORTON *et alii*, 1997: 40, 211 e 234-235).

tonalidade bege, alaranjada ou acinzentada, atingem no conjunto da cerâmica comum.

Estas últimas produções, provavelmente de proveniência regional e/ou extra-regional, parecem provir de oficinas artesanais que se especializaram na comercialização de fabricos compostos por formas específicas. Assim, se entre os fabricos que consideramos serem locais, os recipientes de armazenamento (*dolia* e *potes*) e de ir ao lume (panelas) parecem constituir a grande maioria das formas representadas, já entre os fabricos que poderão ser provenientes de regiões mais longínquas, as formas de servir à mesa (pratos, tijelas, bilhas e potinhos / púcaros) surgem em claro predomínio.

Enquanto que no primeiro grupo, claramente maioritário, assumem particular representatividade os *dolia* de bordo envasado dobrado sobre o ombro, ficando mais espesso que a parede da pança, por vezes decorados com linhas onduladas e horizontais incisas no bojo, no segundo, de fabrico mais cuidado, poderemos atribuir especial ênfase aos potinhos ou pucarinhos em cerâmica cinzenta fina com decoração brunida (Est. IX), tão frequentes no centro e norte do território nacional em contextos da época augustana e de toda a primeira centúria da nossa era (ALARCÃO, 1974: 87-88; SOEIRO, 1981-1982: 97-122; CARVALHO, 1998: 103-108), e às tijelas e bilhas com pastas algo friáveis e superfícies beges de tonalidades muito claras, por vezes quase esbranquiçadas.

Seja como for, sob o ponto de vista morfológico-funcional, nesta quinta encontram-se representados sobretudo os recipientes de armazenamento (*potes* e *dolia*), surgindo em menor número as peças que classificamos como púcaros e panelas, estas últimas assim identificadas, por vezes, pelas manchas de fuligem que possuem na superfície exterior. As formas abertas de servir à mesa (pratos / tijelas) são pouco frequentes, tal como as fechadas (bilhas e púcaros). Os almofarizes, de pastas esbranquiçadas ou beges e impregnadas de grãos de quartzo, também se registaram, mas em número bastante reduzido (Est. IX).

No que concerne ao tratamento das superfícies, verifica-se que as peças, na sua grande maioria, foram simplesmente alisadas ou então nem sequer foram alvo de qualquer processo de acabamento. Uma percentagem muito reduzida dos fragmentos apresenta-se decorada na superfície externa, sobretudo através de linhas incisas paralelas e/ou ondeadas e por aplicação de um cordão plástico liso ou digitado (ambas presentes, fundamentalmente, em *dolia*).

Algumas peças em cerâmica comum apresentam claramente algumas semelhanças em termos formais e/ou tecnológicos com a cerâmica de paredes finas, sendo isto visível, por exemplo, em algumas peças com pastas mais ou menos depuradas, em tons claros (beges, alaranjados e acinzentados) e com perfis que fazem lembrar, nomeadamente, a forma Mayet X.

Uma referência ainda para o facto de terem sido recolhidos alguns fragmentos de grandes recipientes de armazenamento com grafitos, quase todos efectuados na fase de meio-enxugo, antes do processo de cozedura (para uma análise mais detalhada da cerâmica comum, cf. CARVALHO, 2006: 530-535 e Est. XXXVII-XLII).

A cerâmica de construção, sobretudo as *tegulae*³⁵, continuou a registar-se de forma particularmente abundante nas sequências estratigráficas, quer aglomerada em unidades de abandono, encontrando-se muitas vezes em níveis de abatimento dos telhados, quer de forma mais esporádica e dispersa por toda a área escavada³⁶. Um particular destaque é devido à *tegula* com óculo circular central, para evacuar fumos ou ventilar o ambiente, identificada *in situ* – no interior de um dos compartimentos – num nível de abatimento do telhado.

Os pesos de tear, por seu lado, surgiram em quantidades relativamente significativas, totalizando, em escavação, meia centena de exemplares. De forma paralelepípedica, com dois ou, mais frequentemente, um orifício e com distintas dimensões, estes pesos atestam a produção artesanal de fio e tecidos, destinada, certamente, para consumo familiar, mas também canalizada, provavelmente, para os mercados locais, dada a sua quantidade assinalável e as grandes dimensões que alguns apresentam. Somente três pesos possuem marcas efectuadas ainda na olaria.

³⁵ Os *imbrices* surgiram numa proporção bem mais diminuta quando comparados com as *tegulae*. Esta significativa diferença percentual entre os dois elementos que compunham a cobertura do edifício – encontrando-se, inclusivamente níveis compactos e *in situ* de abatimento de telhado com um número muito reduzido de *imbrices* – parece sugerir que este tipo de telha terá sido imediatamente reaproveitado após o abandono do local. Os *lateres*, por sua vez, surgiram em proporções ainda mais residuais.

³⁶ Recorde-se que durante os trabalhos de prospecção intensiva levados a cabo na área desta estação a cerâmica de construção (na sua quase totalidade identificada como fragmentos de *tegulae*) correspondia a cerca de 89% do material total contabilizado (SILVA e CARVALHO, 2004: 116).

Dois apresentam um sinal em forma de cruz e num outro foram gravados três ou quatro traços que parecem formar um nexu VA.

Tendo em consideração a distribuição micro-espacial dos pesos adentro da área edificada e mesmo admitindo a movimentação ou dispersão pós-deposicional a que foram sujeitos, as concentrações assinaláveis que se verificam tanto nas sondagens L.6' e L.7' (com 10 pesos), como sobretudo em L.1, L.1', M.1' e M.2' (com 21 pesos) poderão indiciar a própria localização original do(s) tear(es) (Carvalho, 2006: Est. XLIII)³⁷. Uma análise mais atenta desta distribuição, observável nos mapas criados por um SIG (e só possível na medida em se procedeu à localização tridimensional de todos os pesos durante o processo de escavação), permite isolá-los em função do horizonte estratigráfico interpretativo em que foram recolhidos. Assim, nos níveis exclusivamente de ocupação, é notória a sua concentração (6 pesos) no canto norte (M.2') do compartimento que envolve o espaço central pavimentado com seixos do rio, encontrando-se os restantes (também 6) distribuídos de forma aleatória pela restante área (*Idem, ibidem*: Est. XLIV). A possível presença de um tear nessa zona parece ainda ser reforçada pela concentração de pesos (9) que aí se verifica nos níveis de abandono (Est. X); se assim for, estes pesos poderão não se encontrar muito deslocados do lugar onde originalmente se depositaram, podendo a sua dispersão tendencial para SE ter sido favorecida pela inclinação natural do terreno ou por outros processos pós-deposicionais. A distribuição dos restantes pesos nestes contextos de abandono parece ser aleatória, ainda que, se associarmos estes àqueles que foram identificados nos níveis de pós-abandono (e também aqueles recolhidos nos níveis de ocupação), a área em torno do vão de escadas identificado em L.6' se destaque também por uma concentração anómala de pesos (11 pesos) (*Idem, ibidem*: Est. XLVI); porém, uma vez que a maior parte destes se encontrava depositada em níveis pós-abandono, e alguns deles reutilizados no entapamento dos vãos de acesso entre compartimentos, consideramos que, neste caso, a possibilidade de nesta área se encontrar instalado um tear não deverá ser muito valorizada.

³⁷ Ainda que o agrupamento de artefactos em escavação, quando detectados em contextos estratigráficos primários, possa indiciar a localização de uma certa actividade, não se pode esquecer também a possibilidade destas concentrações serem antes o resultado de outros factores, como sejam a limpeza periódica e a reorganização de um sítio ou ainda um posterior despejo (cf. HODDER y ORTON, 1990: 43).

Seja como for, numa estação que não prima exactamente pela abundância de materiais, a presença significativa de pesos de tear parece atestar a importância da tecelagem no quadro das actividades domésticas desenvolvidas nesta quinta, denunciando ainda, indirectamente, a importância da criação local de gado ovino.

Em toda a área escavada apenas se registou um fragmento de cossoiro. Mesmo encontrando-se manifestamente sub-representados em relação aos pesos de tear, a fiação seria também uma das ocupações da família que aqui viveu, mas restringindo-se, provavelmente, à sua componente feminina (*quasillariae*).

Uma última nota, antes de se apresentar o material não cerâmico, para registar a ausência de fragmentos de ânforas em todo o conjunto de peças recolhido. Mais do que reflectir apenas um não consumo (ou um consumo incipiente) dos produtos de outras regiões peninsulares (ou mesmo extra-peninsulares) transportados por esse tipo de contentores (como sejam o azeite, o vinho e o *garum*), a ausência de fragmentos de ânfora nesta quinta poderá antes denunciar uma economia doméstica que primava sobretudo pela auto-suficiência – a não ser que a circulação destes produtos alimentícios pelos mercados destas regiões interiores fosse feito através de outro tipo de recipientes, inclusivamente de natureza orgânica. Neste sentido, esta falta de ânforas (constatação que se pode generalizar à quase totalidade dos 320 sítios que conhecemos na Cova da Beira) não deve ser entendida, necessariamente, como uma ausência do consumo dos respectivos produtos que transportavam. Ainda que constituíssem – não pelo contentor mas pelo tipo de produtos importados – um tipo de bem de consumo que não estaria ao alcance de todas as bolsas (pelo menos de uma forma frequente), da sua fraca ocorrência não se deverá deduzir necessariamente um débil poder aquisitivo por parte do sector da sociedade que habitava neste tipo de sítios. A interioridade ou o carácter periférico destas regiões – relativamente aos eixos comerciais mais dinâmicos da província – poderá ter dificultado um fluxo continuado deste tipo de produtos através das redes de distribuição local. No entanto, não o terá liminarmente impedido. Talvez antes tenha suscitado a adopção de outros meios de comercialização (como sejam os odres e barris).

O material vítreo é claramente residual neste núcleo rural. Durante as campanhas de escavação foi possível somente identificar dez peque-

nos fragmentos de vidros (incolores ou verde-gelo), podendo um deles ser classificado do tipo Isings 50 ou 51 – forma abundante durante o período Flávio e algo frequente ao longo do séc. II (1957: 63-68). Registe-se ainda o aparecimento de uma conta de colar nervurada em pasta vítrea e de cor verde pálido / verde azulino.

No que diz respeito aos objectos metálicos, poderemos começar por referir que estes se apresentavam em escavação, quase sempre, num avançado estado de corrosão (sobretudo os objectos em ferro), dificultando assim, por vezes, a sua identificação imediata. O tratamento a que alguns foram submetidos – limpeza mecânica e química e inibição da corrosão – facilitou a sua posterior classificação.

Deste conjunto destacam-se, desde logo, pela sua abundância (quase uma centena e meia), os pregos e as cavilhas em ferro de diversos tipos e dimensões. Alguns deles pertenceriam, decerto, ao madeiramento (asnas e travejamentos) que suportava os telhados, como é sugerido pelo facto de uma percentagem algo considerável se encontrar inserida precisamente nos níveis de destruição e abandono ou, mais especificamente, de abatimento dos telhados. Outros, geralmente de menores dimensões, poderiam fazer parte de diversos equipamentos em madeira (CARVALHO, 2006: Est. XLVIII).

Também aqui, a prática constante de localizar tridimensionalmente em escavação todos os pregos e cavilhas que iam sendo identificados, permitiu posteriormente – com base num SIG – representar graficamente a sua distribuição micro-espacial. Se não atendermos aos diferentes contextos onde estes materiais se recolheram, verificamos que há algumas zonas onde surgem com uma maior densidade, designadamente no espaço que envolve o compartimento central pavimentado a seixos, na área do pequeno telheiro ou alpendre, localizado na extremidade nordeste do corredor descoberto que separava os dois corpos do edifício, e junto ao lanço de escada central (CARVALHO, 2006: Est. LI). No entanto, se tivermos apenas em consideração os pregos que se encontraram nos níveis estratigráficos de ocupação (Est. XI), a concentração destes é sobretudo notória na área delimitada pelos quadrados M.1’ e M.2’, ocupando a zona imediatamente a NE da estrutura que interpretámos como possível lagar. A concentração neste local volta a verificar-se nos níveis de abandono (*Idem, ibidem*: Est. LIII), ganhando agora uma maior expressão a SO da *area* desse mesmo lagar, podendo mesmo revelar a presença de uma série de estruturas em madeira (das

quais só restam os pregos que as uniam) associadas a essa hipotética área de prensagem; o facto de encontrarmos também uma maior concentração de pregos no mesmo local onde os pesos de tear em contextos de ocupação eram igualmente frequentes, poderá também sugerir a sua pertença à estrutura de madeira que compunha o tear supostamente aí existente; a presença de uma pequena forja no corredor descoberto e de um pequeno alpendre para armazenamento de produtos explicará também em parte essas concentrações de pregos em ferro quase sempre de pequenas dimensões. Registe-se ainda que, mesmo nos níveis pós-abandono, as concentrações de pregos, tendencialmente, voltam a verificar-se em algumas das áreas já antes assinaladas (*Idem, ibidem*: Est. LIV), revelando assim que a acção exercida pelos processos pós-deposicionais neste espaço nunca atingiu uma intensidade que fosse capaz de perturbar de forma significativa os contextos estratigráficos primários e arrastar os materiais para longe do seu local original de depósito. Já a quase ausência deste tipo de material na área do pátio interior (sobretudo em N.4', N.5', O.4' e O.5') para o qual se abria o compartimento interpretado como cozinha, i.e., precisamente num lugar onde à partida poderiam aparecer pregos e cavilhas com alguma abundância (uma vez que imaginamos um conjunto de construção em madeira nesse espaço de arrumos), poderá ficar a dever-se a uma acção mais intensa dos processos pós-deposicionais – recordamos que os níveis de abandono e de ocupação nesta área se encontravam largamente truncados, i.e., aqui os contextos estratigráficos primários apresentavam um menor grau de conservação.

Entre os restantes materiais em ferro identificáveis destacam-se os seguintes: um ferro comprido e curvo numa das pontas, que poderá corresponder a uma aldraba (tranca para fechar portas e janelas); uma grossa argola em ferro que poderá pertencer a uma enxada ou a um martelo; um conjunto de pequenas brochas ou cravos, surgidos em escavação de forma amontoada, que noutros lugares têm sido interpretados como possíveis componentes de arreios de cavalos (*Idem, ibidem*: 541 e Est. XLVIII e L).

Também ao nível dos objectos em bronze se pode verificar o mesmo processo avançado de deterioração. No entanto, depois de igualmente submetidos a um processo de limpeza e consolidação, foi possível identificar, neste pequeno lote, um pequeno punção, um alfinete de cabelo – ou, mais provavelmente, de vestuário – rematado por uma cabeça em forma de botão, uma fíbula anular, uma possível espátula

(*spathomele*) e um anel. Uma outra peça corresponderá a um pé de vaso metálico, sendo visíveis ainda alguns restos de soldadura que o prendia ao fundo; de boa qualidade, esta peça poderia fazer parte de uma *situla* (ou de um outro recipiente metálico), fabricada, certamente, numa outra região do Império (para este conjunto de materiais em bronze, cf. também CARVALHO, 2006: 541 e Est. XLIX).

Uma outra nota apenas para registar o não aparecimento de moedas em toda a área escavada. Esta ausência decorrerá de razões meramente fortuitas ou denunciará antes – para estas regiões interiores nos dois primeiros séculos da nossa era – as debilidades da economia monetária e uma prevalência da troca directa de produtos nos mercados locais?

Esporadicamente foram ainda encontrados, em diversos pontos da área escavada, alguns pedaços de escória, surgindo estes apenas concentrados em quantidade assinalável num local específico onde julgamos ter existido uma pequena forja (M.3'-b, Foto 4).

Uma última referência para registar o achado de elementos de moagem (utilizados na produção de farinha para consumo doméstico e indiciadores do cultivo de cereal e da apanha da bolota). Em toda a área escavada apenas foram identificadas duas mós rotativas (uma delas intacta, apresentando 0,46 m de diâmetro e 0,14 m de espessura), um dormente e dois moventes de mós manuais.

Certamente devido à acidez do solo não foi observado e recuperado qualquer resto ósseo de animal.

Em suma, face ao conjunto de materiais recolhido até ao momento em “Terlamonte I”, e em função também do posicionamento estratigráfico de algumas peças, parece-nos que este núcleo rural terá sido construído em meados do séc. I d. C. (ou talvez já nos primeiros anos da segunda metade dessa centúria) – a esta fase inicial, em termos de testemunhos artefactuais, poderão fundamentalmente pertencer os fragmentos de cerâmica de paredes finas, de lucernas e de sigilata sudgálica. Neste contexto temporal, a instalação desta quinta inscrever-se-á num processo mais vasto de formação de uma rede de pequenas e médias explorações agrícolas que rompeu definitivamente com a estrutura do povoamento e a lógica de exploração anterior.

No que concerne ao momento de abandono, este poderá situar-se algures nos finais do séc. II ou nos inícios do séc. III. A ausência de

materiais comprovadamente do Baixo-império não permite prolongar a ocupação do sítio para essa época. Assim sendo, a ocupação de “Terlamonte I” terá sido relativamente curta, talvez circunscrita, como referimos, a quatro ou cinco gerações.

De qualquer forma, o seu abandono premeditado parece poder deduzir-se do facto de serem relativamente escassos os materiais que encontramos em contextos estratigráficos primários, resumindo-se quase sempre a pequenos fragmentos avulsos – isto parece sugerir que o interior dos compartimentos terá sido literalmente esvaziado, e recolhidos os objectos ainda utilitários, no momento em que os últimos “romanos” da quinta de “Terlamonte I” a desocuparam.

BIBLIOGRAFIA

- AGUAROD, OTAL, Carmen (1991) – *Cerâmica romana importada de cocina en la Tarraconense*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza.
- ALARCÃO, Jorge de (1974) – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga* (Suplemento de Biblos, 8), Coimbra.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*, Publ. Europa-América.
- ALARCÃO, Jorge de (1997) – “A tecnologia agrária romana”, *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*, Lisboa, p. 137-148.
- BUTZER, Karl W. (1989) – *Arqueología, una ecología del hombre: método e teoría para un enfoque contextual*, Ed. Bellaterra, Barcelona.
- CARANDINI, Andrea [Dir.] (1985) – *Settefinestre. Una Villa Schiavistica nell'Etruria Romana: la villa nelle sue parti*, Ed. Panini, Modena.
- CARVALHO, Pedro C. (1998) – *O Forum de Aeminium*, Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus.
- CARVALHO, Pedro C. (2004) – “Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano”, *O Passado em cena: narrativas e fragmentos (Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão)*, CEAUCP / FCT, Coimbra / Porto, p. 121-140.
- CARVALHO, Pedro C. (2005) – “Identificação e representação espacial das capitais de civitates da Beira Interior”, *Actas das 2.^{as} Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, CEI / ARA, Guarda, p. 155-169.
- CARVALHO, Pedro C. (2006) – *Cova da Beira – ocupação e exploração do território na época romana* (dissertação de Doutoramento em Arqueologia, policopiada, apresentada à Universidade de Coimbra), Coimbra.
- CARVALHO, Pedro C., RIBEIRO, Carla, SILVA, Ricardo e ALMEIDA, Sara (2002) – “Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimoa – Fundão (1.^a campanha de prospecção intensiva)”, *Conimbriga*, XLI, p. 127-152.

- CARVALHO, Rogério e CABRAL, M. Costa (1994) – “A villa romana dos Barros – Oledo. Primeira notícia”, *Portugalia*, nova série, vol. XV, p. 61-82.
- CHOUQUER, Gérard (1997) – “La place de l’analyse des systèmes spatiaux dans l’étude des paysages du passé”, *Les formes du paysage, tome 3 – l’analyse des systèmes spatiaux*, Éditions Errance, Paris, p. 14-24.
- FRADE, Helena (1996) – “La torre de *Centum Cellas* (Lusitanie) et sa région: quelques renseignements sur l’organisation de l’espace”, *L’Africa Romana*, Ed. Democritica Sarda, Olbia, p. 885-890.
- FRADE, Helena (2002) – ‘*Centum Celas*’: uma ‘villa’ romana na Cova da Beira, 3 vol, Coimbra, (dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).
- HODDER, Ian e ORTON, Clive (1990) – *Análisis Espacial en Arqueología*, Ed. Crítica, Barcelona. (= *Spatial Analysis in Archaeology*, Cambridge, 1976, 1.^a ed.).
- ISINGS, C. (1957) – *Roman glass from dated finds*, Groningen.
- LÓPEZ MULLOR, Alberto (1989) – *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*, Quaderns Científics I Tècnics – 2, vol. I, Barcelona.
- MANGIN, Michel, COURTADON, Jean-Louis, FLUZIN, Philippe e LACLOS, Eric (2000) – *L’agglomération antique de Blessey-Salmaise (Côte-d’Or)*, Village, forges et parcellaire aux Sources de la Seine, Annales littéraires de l’Université de Franche-Comté, vol. 699.
- MAYET, Françoise (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*, Publications du Centre Pierre Paris (E.R.A. 522), D. Boccard, Paris.
- OLIVEIRA, E. Veiga de, GALHANO, F. (2000) – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Publ. D. Quixote, (4.^a ed.), Lisboa.
- ORTON, Clive, TYERS, Paul y VINCE, Alan (1997) – *La cerámica en arqueología*, Ed. Crítica, Barcelona.
- PIQUÉ I HUERTA, Raquel (1999) – *Producción y uso del combustible vegetal: una evaluación arqueológica*, Treballs d’Etnoarqueologia, 3, UAB / CSIC, Madrid.
- QUEIROZ, Paula (2004) – “Estudos de Arqueobotânica na Quinta Romana de Terlamonte, Covilhã – II. Uma semente da quinta romana de Terlamonte”, *Trabalhos do CIPA*, n.º 70, Lisboa.
- QUEIROZ, Paula, VAN LEEUWAARDEN, Win e MATEUS, José E. (2003) – “Estudos de Arqueobotânica na Quinta Romana de Terlamonte, Covilhã – I”, *Trabalhos do CIPA*, n.º 43, Lisboa.
- QUEIROZ, Paula, VAN LEEUWAARDEN, Win e MATEUS, José E. (2005) – “Estudos de Arqueobotânica na Quinta Romana de Terlamonte, Covilhã – III. Identificação botânica de um conjunto de carvões vegetais da área edificada da quinta”, *Trabalhos do CIPA*, n.º 82, Lisboa.
- RÉCHIN, F. (2000) – “Établissements pastoraux du piémont occidental des Pyrénées”, *Organization des Espaces Antiques*, Atlantica, p. 11-50.
- SILVA, António M. e CARVALHO, Pedro C. (2004) – “À porta duma quinta do Alto Império. Resultados preliminares do estudo intra-sítio do assentamento romano de Terlamonte I (Teixoso, Covilhã)”, *Conimbriga*, XLIII, Coimbra, p. 99-148.

- SOEIRO, Teresa (1981-1982) – “Monte Mozinho: cerâmica cinzenta fina”, *Portugalia*, vol. II/III, nova série, Porto, p. 97-122.
- TEJA CASUSO, R. e IGLESIAS GIL, J. (1988) – “El elemento indígena y el elemento romano en la arquitectura de Juliobriga: El ejemplo de la “Casa de Los Morillos””, *Actas do I Congreso Peninsular de Historia Antigua*, vol. II, Santiago de Compostela, p. 531-544.
- VAN DER KNAPP, W. O. e VAN LEEUWEN, J. F. N. (1995) – “Holocene vegetation succession and degradation as responses to climatic change and human activity in the Serra da Estrela, Portugal”, *Review of Palaeobotany and Palynology*, 89, p. 153-211.

FIUPE RAMALHO

FIUPE RAMALHO

FILUPE RAMALHO

FILUPE RAMALHO

0 1 2 cm

JOSÉ LUIS MADEIRA • IAFILUC • 2006

Cerâmica comum

Localização micro-espacial dos pesos de tear em níveis de abandono

Localização micro-espacial de todos os preaos em níveis de ocupação

Foto 1

Foto 2

Foto 3

Foto 4

9' 8' 7' 6' 5' 4' 3' 2' 1'

C D E F G H I J I M N O P

LEGENDA

- Sábalo
- ▨ Pavimento de seixos do rio
- ▤ Cerâmica de constituição

0 1 2 3 m

TERLAMONTE • TEIXOSO
Planta geral • 1ª fase